

Quando o Mundo Dorme

**HISTÓRIAS, PALAVRAS
E FERIDAS DA PALESTINA**

ADVERTÊNCIA

Os números apresentados neste livro referem-se a dados da Primavera de 2025. Infelizmente, a situação deteriorou-se de forma drástica desde então. (N.E.)

*Pela primeira vez, sinto-me verdadeiramente indignada.
Indignada pela indiferença.*

*A violência deste genocídio, a maneira como entrou
no nosso quotidiano
e a consciência de que alguns não se sentem de modo nenhum —
tocados por ele,
enquanto outros ficaram devastados.*

*Só de pensar que me encontro novamente diante de funcionários
de países que — todos juntos e alguns mais do que os outros —
poderiam pôr um travão a tudo isto.
Bastaria uma assinatura.*

*Sinto-me indignada e desiludida,
como frequentemente me acontece nesta sala,
ao ver que muitos de vocês continuam a repetir o mesmo discurso.*

*Naturalmente, condenamos o ataque do Hamas.
Naturalmente, expressamos solidariedade
com as vítimas israelitas.
Naturalmente, exigimos a libertação dos reféns.*

*Mas será possível que, depois da morte de
quarenta e duas mil pessoas em Gaza,*

*ainda haja quem não consiga sentir empatia
pelos palestinianos?*

*Pois bem, o facto de muitos de vocês hoje não
terem dito sequer uma palavra
sobre aquilo que está a acontecer em Gaza
demonstra que a empatia desapareceu desta sala.
A empatia é o cimento que nos une como Humanidade.*

*E não se trata de uma questão de caridade pelos palestinianos.
Trata-se de uma questão que tem que ver com
o respeito pelas vossas funções,
que também comporta a obrigação que os vossos Estados têm
de garantir com firmeza
a aplicação da Convenção sobre o Genocídio
para prevenir este crime.*

*Pelo que, se é verdade que hoje estamos aqui com o intuito
de honrar o direito internacional,
não há outra maneira de o fazer senão impondo sanções a Israel,
revendo as relações diplomáticas, económicas,
políticas, militares e estratégicas
que mantemos com este Estado.*

*E que este seja o último genocídio
na história da Humanidade.*

FRANCESCA ALBANESE
excertos da intervenção na
Assembleia Geral da ONU,
30 de Outubro de 2024

INTRODUÇÃO

A SOLIDARIEDADE É UMA VERSÃO POLÍTICA DO AMOR?

Tornei-me refugiado quando tinha dez anos. Na minha mente de criança persistia nitidamente a identidade do inimigo invisível que destruiu a minha vida. Qual era a sua aparência? Era humano ou bestial? Porque fazia de mim um refugiado? Que mal lhe tinha eu feito? De onde vinha ele? Que língua fala?

SALMAN ABU SITTA, *Mapping My Return*

Nos últimos tempos, não foram poucas as vezes em que dei comigo a recordar Orwell. A sua famosa proclamação, segundo a qual «guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força»¹, nunca me pareceu tão actual e pertinente como no debate destes meses sobre Israel e a Palestina.

Muita gente, por exemplo, continua a falar do que está a acontecer em Gaza como se se tratasse de um «conflito», ou, pior ainda, de um conflito iniciado em 7 de Outubro de 2023. Nesta leitura está contida toda a superficialidade de quem começa um livro a meio, ignorando muitíssimas páginas que encerram vestígios vívidos de sangue e dor: uma história cujas raízes, na verdade, são bem mais antigas e que continua a ser ignorada.

¹ George Orwell, 1984, trad. Ana Luísa Faria, Lisboa, Antígona, 2024, p. 8. (N.T.)

Assim como continua a ser ignorada e desconsiderada a reivindicação por justiça que o povo palestino faz há quase um século, devido ao regime de *apartheid* que o oprime há gerações e ao suplício absurdo de que tem padecido desde final de 2023 e do qual continua a padecer mesmo depois do suposto cessar-fogo entre Janeiro e Março de 2025: um verdadeiro genocídio.

O horror de Gaza não tem precedentes. Quando afirmo que Israel está a escrever uma das páginas mais negras da História, comparável aos genocídios do passado, muitos me respondem que ainda não sabemos isso com certeza, que é preciso esperar pelo veredicto do Tribunal Internacional de Justiça. Mas este tribunal — o órgão destinado a dirimir controvérsias entre Estados e a fornecer pareceres consultivos sobre questões de direito internacional — já afirmara em Janeiro de 2024 que havia risco de genocídio, ordenando aos Estados que agissem para travar os actos genocidas perpetrados por Israel. Muitos países, no entanto, parecem não entender essa ordem, ou ignoram-na deliberadamente. O tratado internacional chama-se Convenção para a *Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio*: como podem os Estados preveni-lo senão agindo prontamente quando se lhes apresenta esse risco (como, aliás, afirma o Tribunal de Justiça)?

E, mesmo pondo de parte o aspecto legal, como é possível não se expressarem perante atrocidades com este grau de crueldade?

Quando estive em Berlim em Maio de 2024, poucas semanas depois de ter apresentado à ONU o relatório «Anatomia de Um Genocídio», ainda era uma voz dissonante ao denunciar nestes termos os crimes que Israel estava a cometer em Gaza. Excluindo o procedimento pendente iniciado pelo Governo

sul-africano no Tribunal Internacional de Justiça em Dezembro de 2023, acusando Israel de actos de genocídio contra a população palestiniana em Gaza, não havia praticamente nenhuma outra documentação sobre o assunto.

Alguns estudiosos reconhecidos, como o historiador Raz Segal, falaram imediatamente disso depois do 7 de Outubro, mas eram vozes isoladas. Em 2006, um outro notável historiador israelita, Ilan Pappé, denunciava já as práticas israelitas na Faixa de Gaza como um *incremental genocide*: um genocídio cuja violência e intensidade se agravam progressivamente. Não obstante, no seio das Nações Unidas ninguém ousava pronunciar essa palavra proibida relativamente a Israel. Ninguém excepto eu e outros relatores e relatoras da ONU, sobretudo os provenientes de Países da Maioria Global (ou Sul Global), para muitos dos quais o trauma da colonização e dos genocídios que os europeus perpetraram ao longo de meio milénio, da América Latina a África e à Ásia, ainda continua vivo.

«Anatomia de Um Genocídio» foi o primeiro relatório a fornecer às Nações Unidas uma denúncia articulada de que as operações militares israelitas na Faixa de Gaza revelavam a intenção de arrasar Gaza enquanto tal, de destruir tudo. Em Berlim, onde me esperava um ciclo de encontros e conferências, fui acolhida com grande interesse pela sociedade civil e pela comunidade dos *think tanks* alemães.

Menos de um ano depois, o acolhimento na Alemanha para um novo ciclo de eventos públicos revelou-se bem diferente. Hoje são muitíssimas as vozes que apoiam a minha interpretação dos factos e a sua qualificação jurídica como genocídio, ocupação ilegal, colonialismo de povoamento e *apartheid*, entre outros ilícitos imputados ao Estado de Israel. Mas a repressão em relação à mensagem que transmito, às minhas funções e

à minha pessoa aumentou sem precedentes, bem como a intolerância no debate sobre a questão israelo-palestiniana. O que terá então mudado?

Pouco antes de chegar à Alemanha, em Fevereiro de 2025, os dois eventos universitários em que aí devia participar foram cancelados devido a pressões políticas. O primeiro — uma aula na Universidade de Munique — foi imediatamente anulado. Porém, graças aos estudantes, consegui ainda assim dar a aula num centro de acolhimento para refugiados que não depende do Governo, mas que se mantém com fundos privados, e cujo director corajoso não cedeu às pressões.

Estava também combinado realizar uma conferência na Universidade de Berlim com Eyal Weizman, um especialista israelita em arquitectura forense; no entanto, quando chegámos, a universidade tinha já cancelado o evento público. Propuseram fazê-lo à porta fechada, mas nós recusámos; não fazia sentido ter ido até ali para um encontro que só podia ser acompanhado *online*. Alguns professores e estudantes conseguiram mudar a conferência para um centro cultural que podia acolher até seiscentas pessoas (embora naquele momento estivessem já inscritas mil e duzentas). Mas o embaixador israelita, a Polícia, vários políticos, um ministro e outras figuras institucionais fizeram ainda mais pressão: depois de terem levado a universidade a cancelar a conferência, ameaçaram retirar as subvenções ao centro cultural se este aceitasse acolher a conferência. Perante o risco de ter de fechar por falta de fundos, o centro cedeu; contudo, na manhã seguinte, encontrou as paredes cobertas de pichagens feitas pelos mesmos grupos pró-israelitas de sempre: «ALBANESE ANTI-SEMITA», «ALBANESE TERRORISTA», com insultos contra mim e contra as Nações Unidas.

Por fim, a conferência acabou por se realizar na sede do jornal *Junge Welt*, com capacidade para apenas cem pessoas. No exterior havia muitíssima gente apinhada. Entretanto, a Polícia tinha cercado o edifício de agentes em uniforme antiotom e com bastões e metralhadoras à vista de todos: foi neste cenário que eu e Eyal Weizman falámos de paz para um povo que estava a sofrer.

Na Alemanha, como noutras partes da Europa e de modo sempre mais descarado nos Estados Unidos, a repressão assumiu contornos extremamente violentos. Nos últimos meses, foram muitas as vezes que li sobre cargas policiais contra estudantes e quem se manifesta com eles, e em várias ocasiões assisti a essas cenas com os meus próprios olhos. As forças da ordem batem, espancam, prendem pessoas de todas as idades e nacionalidades: sobretudo palestinianos e judeus anti-sionistas.

O drama é duplo. Estas pessoas não só lutam para travar crimes atrozes, como também o fazem exercendo o seu direito sagrado à crítica e à dissensão; um direito que é o corolário de uma liberdade de expressão hoje ainda mais fundamental e que deveria representar um dos baluartes das nossas chamadas democracias liberais.

Em que consiste a democracia, se não houver espaço para o debate?

Desta vez não apareceu nenhuma das pessoas dos *think tanks* que tinha conhecido em Berlim no ano anterior. Dos dezoito delegados das ONG, só três compareceram.

Para além disso, na noite anterior à conferência na sede do *Junge Welt*, houve uma ameaça de detenção. A Polícia Federal alemã contactou as organizações promotoras para que me avisassem de que não deveria comparecer, caso contrário poderia ser detida por violação das leis alemãs sobre anti-semitismo.

Depois de uma noite passada quase em branco, às seis da manhã telefonei ao Max, o meu marido, e disse-lhe:

— Não sei o que fazer, Max... Sei que estou a fazer o que é certo, mas não quero ser detida, não vejo os miúdos há vinte dias.

Ele respondeu-me, seráfico:

— Tem calma e faz o que tens a fazer. Nós estamos aqui.

E, assim, fui.

Mas a ONU teve de intervir, lembrando à Polícia alemã que, na qualidade de relatora das Nações Unidas, gozo de imunidade diplomática e que a minha detenção seria um escândalo sem precedentes. Só assim a situação acalmou, pese embora a conferência tenha ocorrido praticamente sob cerco: além das mais de vinte carrinhas no exterior da sede do jornal, polícias em uniforme antimotim encheram a sala. Cheguei sorridente, fingindo que nada estava a acontecer; quando subi ao estrado, tinha o coração repleto de indignação, mas isso não impediu que me expressasse de modo claro e preciso. No final da conferência, Michael Barenboim, violinista e professor na Barenboim-Said Akademie, tocou com violinistas palestinos. Foi lindíssimo. E no dia seguinte, Melanie Schweizer, uma funcionária do Governo alemão que tinha participado na conferência, já suspensa pela sua posição crítica das políticas israelitas, foi demitida.

É este o nível da repressão que actualmente se respira na Alemanha.



A crise em Gaza é hoje um sintoma de uma crise global, como já fora afirmado há um ano pela minha colega Irene Khan,